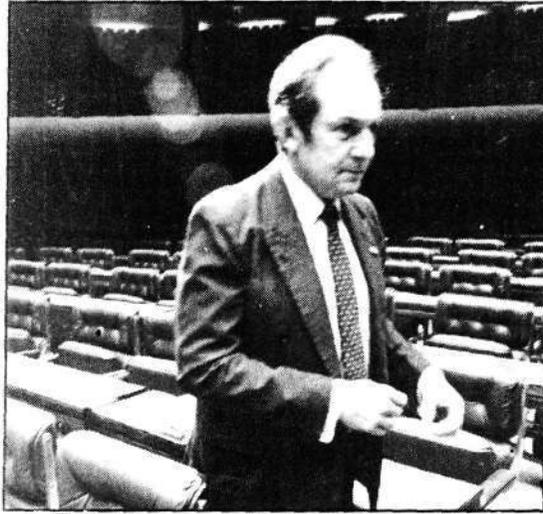


Constituinte vazia vira uma rotina

A falta de quorum provocou, pela quarta vez consecutiva, o adiamento dos trabalhos da Constituinte, que desde terça-feira passada não colocou qualquer matéria na pauta de votação, esperando por um acordo sobre o desaque do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) que reduz de 2/3 para maioria absoluta o número de votos favoráveis para a aprovação de moção de censura a qualquer ministro de Estado pela Câmara dos Deputados. O presidente da



Relator: conseqüências imprevisíveis

Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou que até segunda-feira todos os problemas estarão conformados e os trabalhos voltarão ao ritmo normal.

Pouco concorrida, a sessão serviu para a discussão de temas como a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos e para a formalização da saída dos deputados José Costa (AL) e Tadeu França (PR) do PMDB. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, foi o autor dos discursos que silenciou o plenário, onde estavam presentes pouco mais de oitenta constituintes.

Depois de denúncias dos deputados Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e Erico Pegóro (PFL-RS) de que a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos estaria sendo articulada por constituintes do PMDB, como o deputado Traja Rodrigues (PMDB-RS), o senador Mário Covas pediu a palavra para afirmar que não admitiria "a desmoralização" da bancada por ele liderada.

Covas esclareceu que o programa do partido "não admite, em hipótese alguma", a prorrogação de qualquer tipo de mandato e por isso ele não permitiria que "deputados de outros partidos tentassem jogar sobre as costas de meu partido esta digridade". Admitindo a existência de problemas internos no PMDB, Covas assegurou que o partido "tem postura necessária para resolvê-los", lembrando que "a grande luta nesse País não é ideológica, entre direita ou esquerdas, e sim entre os que têm caráter e os que não têm".

Os ausentes agora podem ser punidos

No início da próxima semana, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) deverá tomar alguma decisão para punir os parlamentares que estão falando rotineiramente às sessões da Constituinte e atrasando seus trabalhos por falta de quorum. Essa posição foi comunicada ontem por Ulysses aos líderes de partidos na Assembleia, depois de seis dias que a Constituinte não deu qualquer quorum

para votações.

Na mesa de Ulysses estão várias propostas para punir os "gazeiteiros", como estão sendo chamados os faltosos. Entre elas, estão a cassação do mandato de quem deixar de comparecer a cinco sessões consecutivas; a diminuição do quorum qualificado para as votações — atualmente é de 280 em plenário; sessões apenas às terças, quartas e quintas-feiras, o dia inteiro, e por último a convocação dos suplentes para o lugar dos faltosos.

Essa última proposta, de autoria do deputado Paulo Delgado (PT-MG), é a que tem mais possibilidade de ser aceita por Ulysses Guimarães, se ele decidir tomar uma medida mais drástica. Pela proposta do deputado petista, o parlamentar que faltar a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas, ficaria em licença compulsória, sem os vencimentos, e no seu lugar entraria o suplente.

Campôes

No entender do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins, se for possível se aplicar a medida ela valerá apenas para as sessões da Constituinte, e não para as da Câmara e do Senado.

O deputado Paulo Delgado fez um levantamento que aponta os deputados Felipe Cheide (PMDB-SP) e Mário Boucharde (PMDB-MG) como os campôes de faltas. Os dois só participaram de duas votações importantes da Constituinte até agora: da estabilidade no emprego e a do sistema de governo e a mandato para os futuros presidentes.

Cabral adverte sobre impasse

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou ontem que se até a próxima terça-feira não for retomada a normalidade dos trabalhos de votação, "as conseqüências serão imprevisíveis". O senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores-adjuntos, é da mesma opinião. Ele acrescentou que até o momento "os constituintes não se conscientizaram da gravidade do impasse provocado pela aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, que compromete o futuro do País".

Fogaça, um dos principais articuladores do parlamentarismo, assegura que o problema não está limitado apenas a votação de terça-feira passada, que manteve o presidencialismo e aprovou um mandato de cinco anos para os próximos presidentes. O impasse, afirma, "foi gerado por tudo o que já votamos até o momento, mas só veio à tona com a vitória da maioria artificial que não tem condições para tentar contorná-lo".

Não acreditando na possibilidade de solução para o impasse, o senador José Fogaça con-

sidera "impossível qualquer tentativa para reencontrarmos a saída". Para ele, o conjunto de tudo o que foi votado até o momento, inclusive os direitos sociais, "é suficiente para que a sociedade brasileira perceba que o sonho acabou".

Otimismo

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, não concorda com essa visão pessimista do parlamentar gaúcho. Para ele, o impasse existente até o momento representa apenas "a tentativa de aper-

feiçoar o texto constitucional". Acrescenta que se até segunda-feira não for fechado um acordo, a votação será retomada do ponto em que parou.

O senador José Fogaça, no entanto, afirma "que só na próxima semana observaremos concretamente o quadro gravíssimo em que se envolveu a Constituinte". Referindo-se a "maioria artificial", o senador diz que ela provocou o "esfacelamento" da maioria dos grupos ideológicos e, agora, ninguém está disposto a resolver esse problema.